

TRADUÇÃO PORTUGUESA a cargo de Ricardo Santos Pinto, Helder Guerreiro e Carlos Fonseca

Lista do Património Mundial: Missão Consultiva para o ALTO DOURO VINHATEIRO (PORTUGAL), a considerar os impactos da proposta de construção da Barragem Hidroelétrica Foz Tua

Id. N.º: 1046

Coordenadas geográficas: N41 ° 6 '6" W7 ° 47' 56"

Data de inscrição: 2001

Data de consultoria do relatório da missão: 27 de Junho de 2011

Relatório elaborado por: Ana Luengo Añón, doutorada em Arquitectura Paisagista, ICOMOS-IFLA

Comité Internacional Científico sobre Paisagens Culturais

Relatório solicitado por: ICOMOS

Índice

1. Introdução.
2. História do local e descrição.
3. Descrição de alterações ou desenvolvimentos propostos.
4. Apreciação e avaliação do impacto global das mudanças propostas.
5. Plano de gestão.
6. Resumo e conclusões.
7. Bibliografia.
8. Agradecimentos e autoria.
9. Ilustrações adicionais e fotografias.
10. Apêndices:
Apêndice 1: Programa de itinerário.
Apêndice 2: Cronograma do Desenvolvimento da Barragem Foz Tua.
Apêndice 3: Declaração de Avaliação de Impacto.

1. Introdução

O Estado Português, através da sua representação na UNESCO, solicitou ao Comité do Património Mundial uma missão consultiva ao Alto Douro Vinhateiro, afim de avaliar o projecto de construção da Barragem Hidroeléctrica Foz Tua e o seu eventual impacto no valor universal excepcional da região, sua autenticidade e integridade.

O cronograma da missão de aconselhamento ocorreu da seguinte forma:

Pedido de missão consultiva: 27 de Janeiro de 2011.

Aceitação de datas e de perito pelas autoridades portuguesas: 24 de Fevereiro de 2011.

Chegada de documentos para a missão: 7 de Março de 2011.

Datas da Missão: 4 a 6 de Abril de 2011.

Pedido de informações adicionais para o relatório: 07 de Abril de 2011.

Data limite para a informação chegar: 06 de Junho de 2011.

Data do relatório HIA: 27 de Junho de 2011.

A missão, conduzida pela doutora Ana Luengo Añón, doutorada em Arquitectura Paisagista e membro da ICOMOS-IFLA – Comité Internacional Científico sobre Paisagens Culturais, solicitou os seguintes dados:

1. Informações sobre qualquer ameaça ou dano ou perda de VUE [Valor Universal Excepcional], integridade e / ou autenticidade da região que foi inscrita na lista do Património da Humanidade, que aborde especificamente o projecto da Barragem Hidroeléctrica Foz Tua, conforme disposições relativas à vigilância activa (parágrafos 169-176) e à Lista do Património em Risco (parágrafos 177-191), para o que foi necessário discutir com as autoridades portuguesas, as instituições e outras partes interessadas a protecção da paisagem cultural e a sua integridade visual, de acordo com o parágrafo 172 das Directrizes Operacionais. Além disso, também é obrigatório rever a forma como o projecto proposto pelo Estado pode ter impacto no VUE (Valor Universal Excepcional (par. 49 e 77-78), a sua integridade e autenticidade (parágrafos 79-95 das Orientações).
2. Uma indicação das ameaças ou da melhoria significativa na conservação da região desde o último relatório do Comité do Património Mundial foi solicitada ao Estado português, que deveria informar o Comité da implementação do plano de gestão mais recente e da sua eficácia, definindo os detalhes das medidas aplicadas à zona-tampão. Como não foi dado seguimento a esta decisão da Lista do Património Mundial sobre o estado de conservação do imóvel, nem qualquer tipo comunicação do Estado, esta questão é especialmente significativa.

A calendarização da visita tinha como objectivos:

1. Futura localização e desenvolvimento da Barragem de Foz Tua.
 - Uma visita à futura localização da Barragem de Foz Tua foi realizada tanto de carro (especialmente a partir da Ponte Edgar Cardoso e do Miradouro na estrada N214), bem como de barco a partir do rio Douro.
 - Reuniões com os principais agentes no processo de desenvolvimento da Barragem de Foz Tua: as empresas responsáveis pela sua execução e manutenção futura (Energias de Portugal (EDP)), o Governo (Ministério da Cultura, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Estrutura de Missão do Douro e Comissão Nacional da UNESCO) e os organismos locais (Comunidade Intermunicipal do Douro, Liga dos Amigos do Douro Património Mundial, Museu do Douro, Rota do Vinho do Porto).
2. Estado de conservação da Região Demarcada do Alto Douro (ADWR).
 - Visita a vários locais do Douro Património Mundial: Quintas (Quinta do Vesúvio, Quinta dos Malvedos, Quinta do Noval, Quinta das Carvalhas), viagem por estradas diferentes para observação da paisagem (N222-4, N222), linhas férreas (Estação do Pinhão) e Museu do Douro.

- Encontros com organismos governamentais de desenvolvimento regional (CCDR-N, Estrutura de Missão do Douro e Comissão Nacional da UNESCO) e organismos locais (Comunidade Intermunicipal do Douro, Liga dos Amigos do Douro Património Mundial, Museu do Douro, Rota do Vinho do Porto)

Após a visita, foram solicitadas ao Governo as seguintes informações referentes à Barragem, fundamentais para uma avaliação correcta do projecto:

1. Projecto de pormenor (planos, cortes e alçados) da Barragem e de todos os seus componentes. A inserção da infra-estrutura na paisagem deve estar demonstrada de forma explícita. Até agora, os planos incluídos no projecto não dão indicações de escalas e não incluem cortes e alçados. Se necessário esses planos serão entregues num formato digital diferente, já que a inserção de imagens num documento do WORD dá uma definição demasiado pobre para o detalhe necessário.
2. O actual projecto faz parte do Plano Nacional de Barragens Hidroeléctricas lançado em 2007 pelo Governo português. Como o actual Plano de Gestão entregue pelo Governo para a sua inclusão na Lista do Património Mundial data de 2001, não há qualquer referência a este Plano Nacional de Barragens. Devem ser dados esclarecimentos adicionais a este respeito para que o desenvolvimento deste Plano na paisagem do Douro possa ser avaliado.
3. É feita referência a vários documentos na proposta que foi entregue. Uma cópia digital desses documentos é importante para aquela avaliação. Nomeadamente:
 - Estudo de Impacto Ambiental;
 - Declaração de Impacto Ambiental;
 - Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística;

Os documentos indicados nos pontos 1 e 3 foram entregues, mas o ponto 2, relacionado com o Programa Nacional de Barragens, não foi entregue. Ao invés, foi entregue um Memorando sobre a construção da Barragem, que não acreditamos seja suficiente para avaliar plenamente as implicações deste Programa Nacional na paisagem do Douro.

2. História do local e descrição

O Alto Douro Vinhateiro, com o seu ambiente de tipo mediterrânico e de solos pobres e acidentados, que dificultam o povoamento e o desenvolvimento do Homem, é acima de tudo um excelente exemplo de uma relação única que foi estabelecida entre o Homem e o ambiente. Produz o Porto, um vinho cujas características foram definidas e reguladas desde 1756 e que é vendido em todo o mundo. Centrada no vale do rio Douro, agora inundado, a região é caracterizada por uma topografia em declive, sendo que as estão dispostas em socialcos. Estes foram construídos e aperfeiçoados ao longo dos séculos, permitindo ao Homem cultivar a vinha nas encostas mais íngremes e construir socialcos e mais socialcos – terraços sustentados por paredes de pedra xistosa. A maioria data do período que se seguiu à praga da filoxera em meados do século XIX, mas algumas são anteriores – o cultivo da vinha no Douro remonta pelo menos ao período romano – e o século XX assistiu à introdução de novos vinhedos e à construção de mais socialcos, de forma a responder às mudanças tecnológicas e às necessidades constantes de controlar a água e prevenir a erosão. As vinhas predominam, ao lado de oliveiras e amendoeiras, entre um mosaico de arbustos mediterrânicos e pequenos bosques. Culturas, bosques, cursos d'água, propriedades e construções agrícolas, organizadas em quintas ou casais, reflectem a contínua evolução da paisagem, contribuindo para que a terra mantenha um papel social activo e perpetuando uma economia próspera e sustentável.



O Rio Douro

Apesar das dificuldades de navegação no rio Douro, devido ao seu curso irregular, o vale do Douro constitui um corredor de pessoas que aqui se reuniram e se misturaram há milénios em vagas sucessivas. Estes trabalhadores anónimos criaram a paisagem existente, formada por declives íngremes e em vales que se encaixam em planaltos acima dos 400 metros. O Douro e os seus principais afluentes, o Varosa, o Corgo, o Távora e o Pinhão, formam a «espinha dorsal» do Douro Património Mundial, definido por uma sucessão de bacias hidrográficas em que o próprio rio está cheio por água proveniente de barragens: O vale contém hoje uma reserva de 100 – 200 m. No entanto, apesar desta mudança ser importante do ponto de vista ecológico e visual, a parte inundada do vale nunca foi ocupada ou cultivada.

Antes da construção das Barragens o rio Douro corria ao longo do seu leito rochoso irregular e ao fundo de um vale profundo de acordo com a época do ano: no verão o rio estava quase completamente seco e era responsável por epidemias frequentes de malária; no Inverno, violentas inundações, das mais fortes da Europa (superadas apenas pelos grandes rios do Oriente, como o Dniepre e o Volga), eram a consequência de fortes temporais. Havia muitos obstáculos naturais no rio, como rápidos violentos e estreitos ou bancos de areia que ameaçavam a navegabilidade. Durante o séc. XVIII, perante um aumento dos bens e dos valores que eram transportados pelos rios, as autoridades foram obrigadas a regularizar o seu leito. A construção de represas e barragens criou enormes bacias hidrográficas de águas calmas, que ofereciam grandes possibilidades para a modernização do rio, como as eclusas, suficientemente grandes para permitir a navegação de barcos de grande dimensão (até 83 m de comprimento). No início do séc. XIX, a melhoria das comunicações deu origem a um aumento do movimento no rio, sobretudo com a comercialização dos produtos agrícolas da região, especialmente vinho, que assim podia rapidamente entrar na rede de comércio internacional. Até ao final do séc. XIX, o Douro era o único meio de transporte para a maior parte dos produtos da região (em especial o vinho), já que a via férrea junto ao rio foi construída apenas na década de 1870. Durante a primeira metade do séc. XX, esta via férrea foi estendida até aos estreitos vales dos afluentes do Douro. Hoje em dia, mantém-se ainda com mais de 50 túneis e 60 pontes.

Com o advento do caminho-de-ferro, a paisagem transformou-se, os produtos passaram a ser transformados

com mais facilidade e o estilo de vida mudou, porque as pessoas passaram a poder viajar por toda a região vinhateira mais rapidamente e com maior segurança. A construção das Barragens – Pocinho, Valeira e Bagaúste – assegurou a navegabilidade no rio Douro e o fornecimento de uma quantidade significativa de energia hidroeléctrica para o país.

Melhorias na rede viária aceleraram o abandono do rio como uma via de transporte para pessoas e bens. Novas estradas ofereciam melhores acessos às regiões cujas paisagens, alteradas pela presença das reservas de água acima das Barragens, podiam ser vistas sob uma nova perspectiva. O resultado é uma paisagem visualmente dramática, ainda rentável e cultivada de forma tradicional pelos seus proprietários ancestrais.

A área da Barragem de Foz Tua

A área do rio Tua é caracterizada pela existência de oliveiras, amendoeiras e plantações de vinho, com parcelas agrícolas a coexistirem com vastas áreas naturais cobertas por florestas mediterrânicas e galerias ripícolas. Na área específica da Barragem de Foz Tua, o rio Tua corta uma área de granitos, criando uma garganta profunda, no fundo da qual o rio corre sem qualquer barreira. É um habitat natural muito bem preservado, com parcelas agrícolas de reduzida dimensão e altamente interessante do ponto de vista de conservação da Natureza. Devido à sua singularidade, raridade e beleza, é considerada uma paisagem de alto valor e sensibilidade» (Estudo de Impacto Ambiental).

O trabalho do Homem pouco alterou a evolução natural nesta área específica. Basicamente, o Homem esculpiu na rocha a via férrea (1885-86) para a região interior de Mirandela, já que a extensão para Bragança foi suprimida na década de 1990, permitindo aos viticultores o desenvolvimento do Douro Superior. Esta é parte da via férrea principal acima referida, e os seus 133 km, com 5 túneis escavados na margem esquerda do rio, permitem alcançar paisagens espectaculares de dramáticas falésias.

O Comité inscreveu o Alto Douro Vinhateiro na Lista do Património Mundial, sob os **critérios** (iii) (iv) (v).

Critério (iii): O Alto Douro Vinhateiro tem produzido vinho durante quase dois mil anos e a sua paisagem foi moldada pelas actividades humanas;

Critério (iv): Os componentes da paisagem do Alto Douro são representativos da plena gama de actividades associadas com a produção de vinho – terraços, quintas, aldeias, capelas e estradas.

Critério (v): A paisagem cultural do Alto Douro é um excelente exemplo a nível europeu de uma tradicional região produtora de vinho, reflectindo a evolução desta actividade humana ao longo dos tempos.

Nenhuma Classificação de Valor Excepcional Universal foi preparada até agora pelo Governo.

A Avaliação do ICOMOS incluiu o texto Qualidades e Declaração de Significado, que deverá contribuir para uma futura Classificação de Valor Excepcional Universal:

Qualidades

A paisagem é visualmente dramática, uma criação muito antinatural. É testemunha do grande esforço das muitas gerações de agricultores quase totalmente anónimos e enólogos para contrariar as limitações físicas de uma região, a fim de criar condições favoráveis para a produção de vinho (e outras culturas), cuja qualidade e características distintivas têm gozado da aclamação mundial desde o séc. XVII. A especialização na produção de vinhos de qualidade e a rápida assimilação dos vinhos do Douro pelos circuitos internacionais expôs a região, desde cedo, a um sistema de relações cosmopolita. O vinho do Douro, especialmente o Vinho do Porto, representa uma criação cultural colectiva. Durante inúmeras gerações, os habitantes do Douro desenvolveram técnicas específicas de cultivo e produção de vinho, muitos dos quais foram introduzidos pelos Romanos e aperfeiçoados durante a Idade Média por comunidades de católicos. Desde a Idade Média, o Douro atraiu

muitos trabalhadores de fora. O papel do vale do Douro como destino e corredor de pessoas e produtos dura até hoje, mesmo na tradição visual e oral, forma de expressão deste povo.

Declaração de Significado

O vinho tem sido produzido desde há 2 mil anos e desde o séc. XVIII o Vinho do Porto é o produto mais importante, famoso pela sua qualidade em todo o mundo. Esta longa tradição produziu uma paisagem cultural de enorme beleza que é ao mesmo tempo o reflexo da sua evolução económica, social e tecnológica.

3. Descrição de alterações ou desenvolvimentos propostos

O Estado Português está a propor a criação da Barragem Foz Tua situada na paisagem cultural da Região do Alto Douro Vinhateiro e com esse objectivo apresenta um documento a explicá-lo.

O Douro tem sido um rio estratégico para a implementação do projecto hidroeléctrico em Portugal desde o seu início. Foi em 1894 que a central do Aguierinho sobre o rio Corgo foi inaugurada e começou a fornecer energia eléctrica para iluminação pública na cidade de Vila Real, sendo assim a primeira central hidrelétrica construída para fornecer energia a uma rede pública de electricidade. Nos anos seguintes (1906), a central de Ribacoa, no Rio Côa, começaram a operar e é hoje a mais antiga central na Bacia do Douro com o gerador mais antigo em funcionamento em Portugal. A central Varosa, no Rio Varosa, foi inaugurado em 1909. Hoje em dia, podem-se encontrar na região do Património Mundial a albufeira da barragem de Carrapatelo (concluída em 1972), a barragem da Régua (concluída em 1973) e a barragem Valeria (concluída em 1975), com seus reservatórios correspondentes, bem como a barragem do Pocinho. Na figura a seguir mostram-se todas as centrais hidrelétricas na Bacia do Douro (Português e do Douro Internacional com a Espanha).



Em 1976, A Electricidade de Portugal (EDP) foi criada em resultado da nacionalização das companhias nacionais de produção de electricidade, e assumiu a gestão do serviço público de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica. Em 1989, foi elaborado o Plano Nacional de Energia pelo Departamento de Indústria e Energia, o Desenvolvimento da Barragem da Foz do Tua foi, de novo, considerado um estudo prioritário. Em 1999, o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Douro foi aprovado, e no mesmo o Desenvolvimento da Barragem da Foz do Tua era referido como candidato prioritário. Nenhuma menção destas questões pode ser encontrada no dossier de nomeação entregue em 2000.

Em 2007, Portugal lançou o Programa Nacional de Barragens de Alto Poder Potencial, onde a Desenvolvimento da Barragem da Foz do Côa aparece, uma vês mais, com um projecto prioritário. No mesmo ano, o Desenvolvimento da Barragem da Foz do Côa foi submetido a uma Avaliação Estratégica Ambiental. Em 2008, o Instituto Português da Água promoveu um concurso público – de acordo com o DL n.º. 391-A-/2007, de 21 de Dezembro, quer altera o DL n.º 226/2007, de 31 de Maio – o qual atribuiu à EDP Produção, entidade que então desenvolveu o Estudo de Viabilidade para três níveis de armazenagem (195, 180 e 170) e a correspondente Avaliação do Impacto Ambiental. Este documento deu origem à Declaração de Impacto Ambiental em 2009,

condicionalmente a correspondente (Recape?) foram submetidos pela EDP Produção em 1 de Julho de 2010 e são regularmente avaliadas pelas autoridades nacionais do ambiente.



Localização da Barragem de Foz Tua num tributário do Douro e o processo do Estudo de Impacto Ambiental

Muitos ensinamentos foram transmitidos pelas autoridades competentes com respeito ao projecto e localização do FTDD (Desenvolvimento da Barragem da Foz do Tua), assim como os projectos exibidos abaixo.



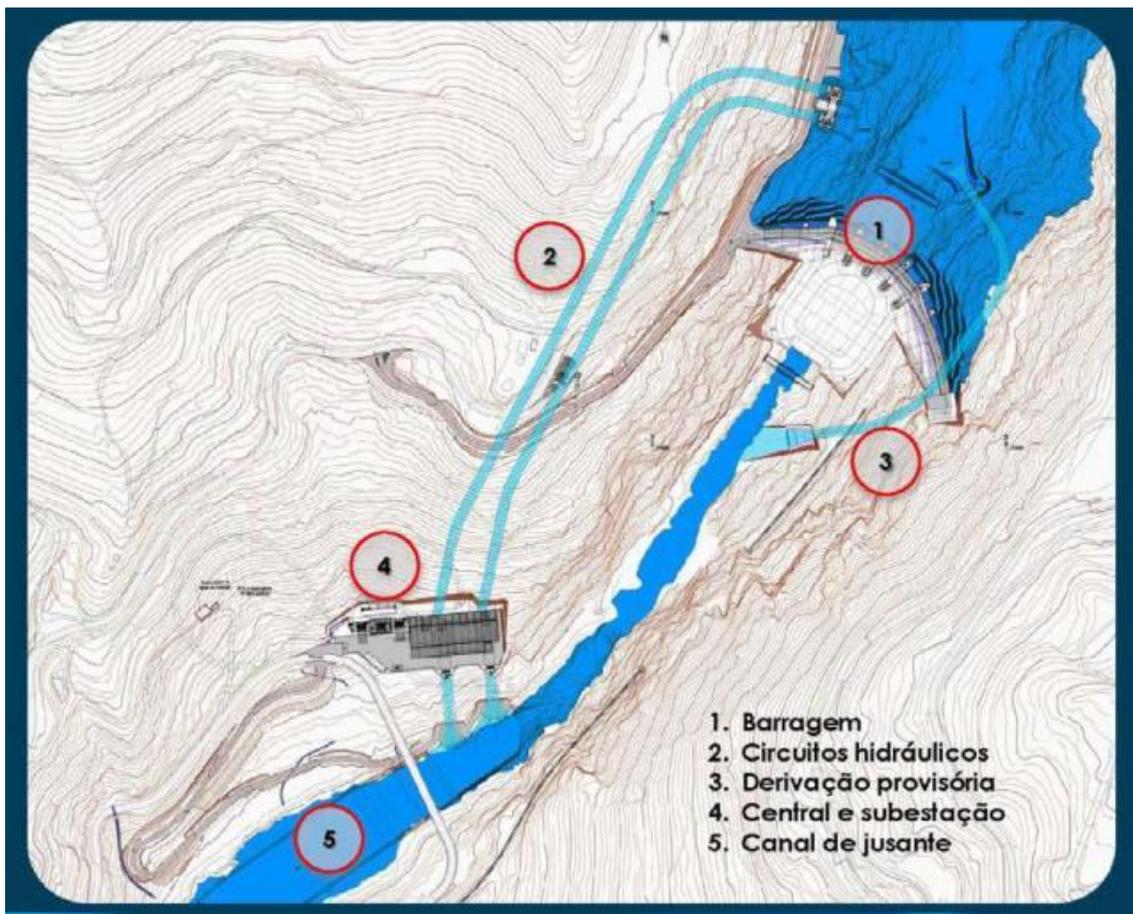
Estudo de Impacto Ambiental com a estação mais elevada na encosta (cima) e o projecto de construção (2010)

É nesta fase de integral execução do projecto – incluindo, planos, secções e construção e são submetidos ao Centro do Património Mundial (World Heritage Centre) para avaliação. No que respeita a este projecto, o FTDD

(Desenvolvimento da Barragem da Foz do Côa) é para ser localizado no Rio Tua, o qual está localizado a meio do Rio Douro, o qual nesta parte tem um fluxo na direcção Nordeste-Sueste, justamente em direcção perpendicular ao próprio rio Douro. O FTDD (Desenvolvimento da Barragem da Foz do Côa) colocará uma barragem a 1 km da foz confinante com o Douro e conseqüentemente criando um reservatório na Zona Tampão, tangencial ao limite do (WH) lado ocidental da Paisagem Cultural, a qual compreende uma superfície estimada de 421 Há. Esta mudança traduz-se numa perda da profundidade a montante da barragem, em adição dos efeitos conseqüentes da submersão de diferentes elementos e a transformação da torrente do fluxo fluvial.

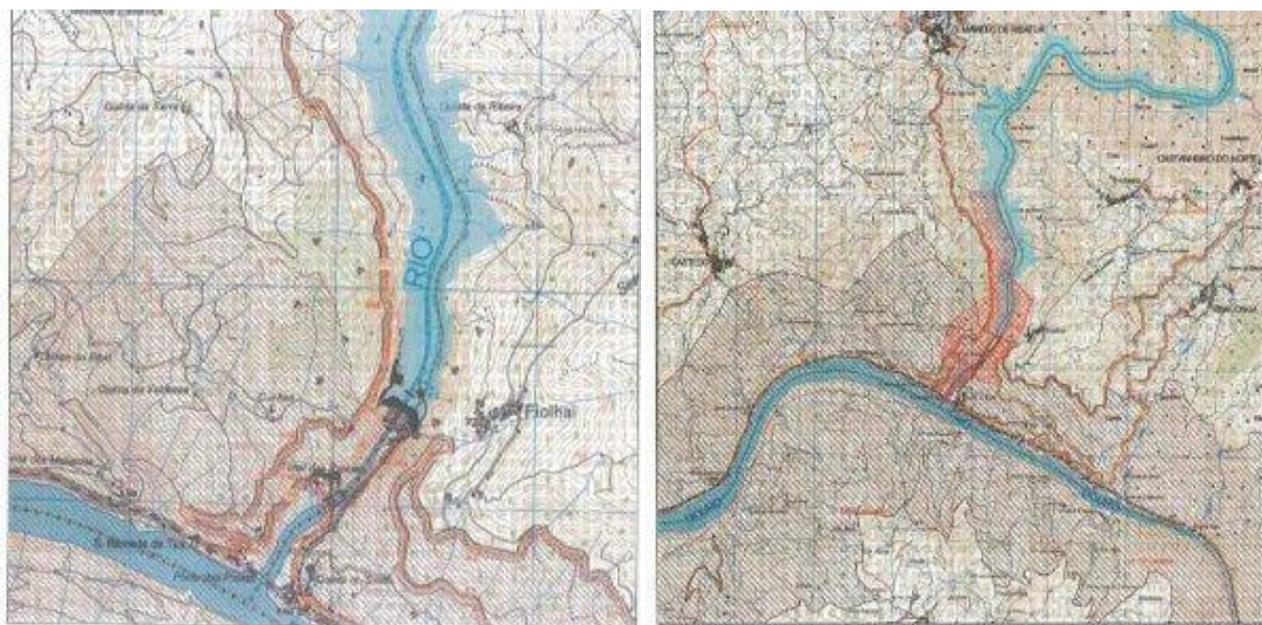
A área envolvida cobre cinco municipalidades (Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor), localizados na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro. As principais estruturas do FTDD (Desenvolvimento da Barragem da Foz do Tua) são, contudo, concentradas no município de Alijó, na margem direita do Rio Tua. Estas estruturas principais, além do reservatório acima mencionado, são principalmente:

- Uma **barragem de concreto arco-gravidade**, com um limite de excesso de água livre na parte superior da barragem que é controlado pelo bloqueio de portas e um sistema de evacuação de água que atravessa todo o comprimento da secção de barragem. Ele atinge uma altura de 90 m. sobre o Rio Tua sua parte inferior e sua 10 comprimento, de lado a lado do vale, é de 270 m. Seu topo situa-se a uma altura de 172m acima do nível do mar. Ele pode ser alcançado por uma estrada de manutenção por meio de sua encosta noroeste.
- Uma **central subterrânea, uma subestação e posto de controlo à superfície**. A estação de produção hidroeléctrica está localizada a 400 m a jusante da barragem na margem direita do Rio Tua, que pode ser alcançado pela estrada da ponte Edgar Cardoso. O edifício que abriga a estação central de energia principal encontra-se a 102 metros acima do nível do mar, em uma plataforma 60 x 140 m que, em média, se situa 30 m abaixo dos motivos circundantes.
- O edifício principal corresponde a um plano rectangular de 75 x 35 m, atingindo até + 125 m. O edifício complementar a este tem uma área de 50 x 13,40 m e 14 m de altura. A estação central de produção está, completamente equipada com dois grupos reversíveis turbina/bombagem, os quais permitem o funcionamento graças à água armazenada no reservatório na Foz do Tua, ou bombeando água do reservatório da Régua no Douro, o que será uma vantagem nas estações de seca.
- Um **circuito hidráulico subterrâneo** que funciona entre ambos.
- **Ligação da FTDD (Desenvolvimento da Barragem da Foz do Tua) á rede nacional de transporte de electricidade** (Rede Eléctrica Nacional de Transporte e Interligação) através de uma linha de 400 kV. O projecto para esta linha ainda não está concretizado. Será certamente exigida uma Linha de Muito Alta Tensão, a qual necessitará de um processo individual de Avaliação do Impacto Ambiental (como estabelecido no ponto 19 do Anexo I do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, revisto no Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro).



Desenvolvimento da Barragem da Foz do Tua e todos os seus constituintes

Apesar da barragem propriamente dita estar posicionada tangente ao limite do território Património Mundial, a área de intervenção corresponde completamente ao território inscrito.

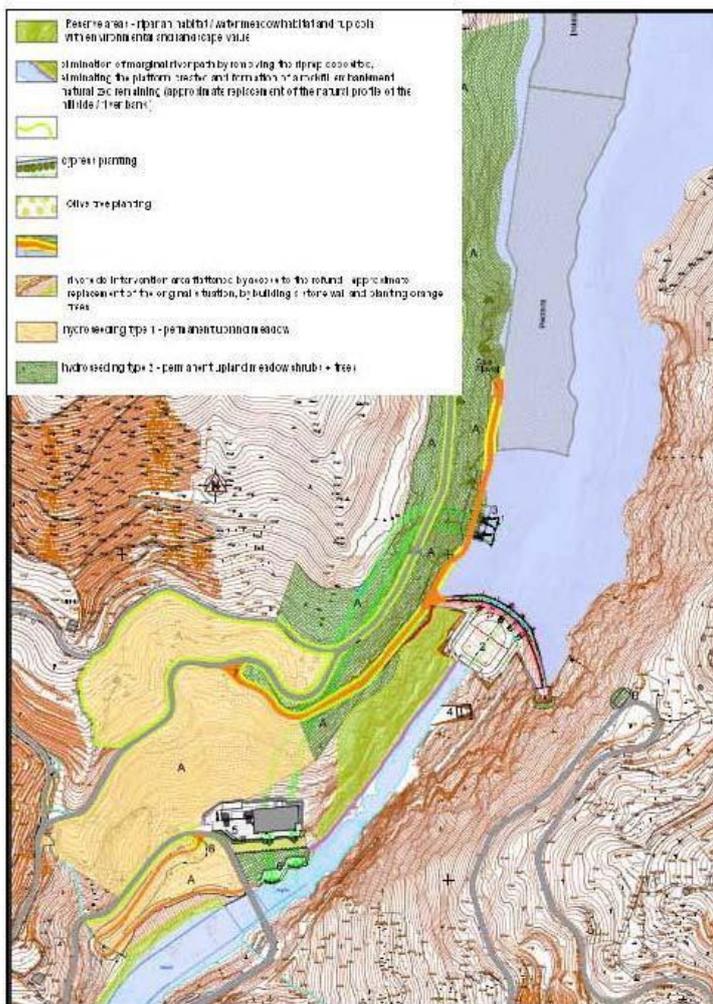


Como se pode ver na imagem acima, a área marcada com linhas acastanhadas é o território Património Mundial (área nuclear), em preto sólido temos o Desenvolvimento da Barragem da Foz do Tua. Tudo o que está marcado a vermelho na imagem de baixo corresponde à área afectada pela intervenção.

O FTDD (Desenvolvimento da Barragem da Foz do Tua) apresentada por parte do Estado já inclui um Plano de Reabilitação Ambiental e de Integração Paisagística que toma “em consideração a combinação de aspectos ecológicos, ascéticos, funcionais e económicos”, apontando para uma correcta e eficiente recuperação e integração ambiental e paisagística de valiosas paisagens e ambientes de ‘habitats’ de comunidades de vegetação. Conforme apresentado no plano da próxima página, várias intervenções estão programadas para tratar de:

- Habitat de reservas de áreas ribeirinhas,
- Intervenção fluvial,
- Plantações de ciprestes,
- Plantações de oliveiras,
- Hidrosemeaduras

O FTDD (Desenvolvimento da Barragem da Foz do Tua) é justificado pelo lado do Estado em conformidade com diversas razões. Nomeadamente o progressivo aumento do consumo de electricidade, como resultado do desenvolvimento económico, a necessidade de assegurar um seguro fornecimento de energia nacional, menos dependente de outros países; e a necessidade de produzir energia ‘limpa’ não associada aos gases com efeito estufa. As vantagens deste projecto serão um aumento na capacidade de produção de energia com base em recursos endógenos e naturais, assim como na capacidade de produção hidroeléctrica. Isto aumentará significativamente a segurança funcional do sistema eléctrico Português. Por outro lado, reduzirá as emissões de dióxido de carbono e as importações de combustíveis fósseis.



Plano de Reabilitação Ambiental e o Plano de integração Paisagística, com as várias intervenções programadas

4. Apreciação e avaliação do impacto global das mudanças propostas

O primeiro ponto a ter em consideração quando se aprecia o impacto global da Barragem Foz Tua proposta é a área de impacto ser inteiramente em terrenos inscritos no Património Mundial. Isto pode ser demonstrado pelo entendimento de:

- 1) Durante a construção, o local de construção é terreno Património Mundial.
- 2) A superestrutura da barragem, ela mesma, está disposta **tangencialmente** à linha fronteira limite do local inscrito, a uma distância de 20m do limite do Património Mundial. Tendo em conta que este terreno tem 26.400ha, esta distância é considerada insignificante.
- 3) Parte dos pilares da barragem na margem esquerda do rio Tua, bem como os seus descarregadores encontram-se dentro do terreno inscrito no Património Mundial.
- 4) Além disso, o resto das instalações necessárias para a estação de energia hidroeléctrica (centrais eléctricas, subestações, etc) estão em pleno do terreno inscrito no Património Mundial.
- 5) O impacto ecológico e visual da Barragem Foz Tua é perfeitamente apreciado a partir do terreno Património Mundial, como é mostrado nas pré-visualizações entregues pelo Estado.
- 6) Devemos salientar que a infra-estrutura para o transporte da energia eléctrica ainda está em construção, embora as simulações incluídas nas páginas seguintes forneçam algumas indicações de que estas possam vir a ser, **inteiramente** dentro de terreno Património Mundial.
- 7) Embora os pontos anteriores considerem a área central do terreno Património Mundial, é importante notar que toda a barragem e os seus componentes, incluindo o reservatório de 421ha, ficam dentro da **zona tampão**.

O Estado tenta evitar esse problema, afirmando que “a intrusão na paisagem cultural da região demarcada do Douro no que respeita à sua inclusão pela UNESCO e os componentes do seu património pode ser considerada como marginal e de tamanho reduzido quando comparado à totalidade do terreno”. Igualmente, no Memorando do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico entregue pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (2011), o Estado afirma que nenhuma questão sobre o património ou paisagística são abordados no Estudo de Impacto Ambiental uma vez que a Barragem Foz Tua se encontra fora das fronteiras do terreno declarado Património Mundial. Não são encontradas referências expressas no documento acerca do facto da Região Alto Douro Vinhateiro ser parte da lista Património Mundial. Não podemos deixar de concluir que da barragem – incluindo o reservatório nas suas costas – até ao próprio Douro, se encontra paisagem do Alto Douro Vinhateiro, marcada pelos socacos cultivados nas encostas, no qual diverso equipamento tal como a central eléctrica e os circuitos hidráulicos de descarga, serão **localizados em terrenos inscritos no Património Mundial**.

Estudo de Impacto Ambiental

Tal como referido acima, a Barragem Foz Tua sofreu um complexo estudo de impacto ambiental. Como resultado disto, na Declaração de Impacto Ambiental (DIA) um Plano de Reabilitação Ambiental e de Integração da Paisagem (PRAIP) foi preparado para a área de construção da Barragem Foz Tua, este plano foi necessário como componente do Relatório de Conformidade Ambiental para o Projecto de Construção. Embora o Estudo de Impacto Ambiental seja um documento complexo, nenhum estudo foi feito em relação aos valores património cultural, na documentação apresentada pelo Estado e, em particular, não há nenhum estudo do impacto no Valor Universal Excepcional. As directrizes do ICOMOS para Estudos do Impacto no Património não são referidas e não foi preparada nenhuma declaração sobre o Valor Universal Excepcional o que teria sido uma pré-condição essencial para um estudo adequado.

Na Declaração de Impacto Ambiental escrita pelo Ministério do Meio Ambiente para permitir o licenciamento da Barragem Foz Tua, (Apêndice 3 deste documento) não há uma única frase que faça referência ao facto da área afectada ser parte de um terreno classificado como Património Mundial e não há uma única palavra para expressar a sua preocupação em assuntos relacionados com o património. O Valor Universal Excepcional não é

mencionado. A única informação tocando nestes assuntos tem a ver (ponto 1) com a submersão de 15,9km da Linha de caminho de ferro do Tua e mesmo nesta questão não tem em conta o património perdido mostrando-se mais preocupado com a mobilidade das pessoas. É sem dúvida um Estudo de Impacto Ambiental detalhado, como as páginas aqui incluídas deixam claro, focando-se até em espécies específicas da fauna e flora, mas não faz trata de forma nenhuma de assuntos relacionados com o património ou com o Valor Universal Excepcional do local.

O mesmo pode ser afirmado acerca do Memorando do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico, onde se afirma que quando foi feita uma análise de 25 locais possíveis para centrais hidroeléctricas, em referência à Barragem Foz Tua, a paisagem da Região do Alto Douro Vinhateiro é classificada como tendo uma grande identidade e raridade. Inexplicavelmente, quando analisa os pños e contras das opções estratégicas, parece não haver conflito entre o uso hidroeléctrico e os valores do património cultural. Estes valores não são expressos em nenhum lado no dossier.

Os documentos consideram, no entanto, o impacto visual. Na “Síntese da Análise Visual” entregue pelo estado, toda a área de intervenção (Douro Vinhateiro, Baixo Tua e Terra Quente Transmontana) é dita constituir uma paisagem de elevada qualidade visual. Na tabela resumo mostrada a seguir, o Baixo Tua é a unidade de paisagem que apresenta ter a mais alta qualidade visual.

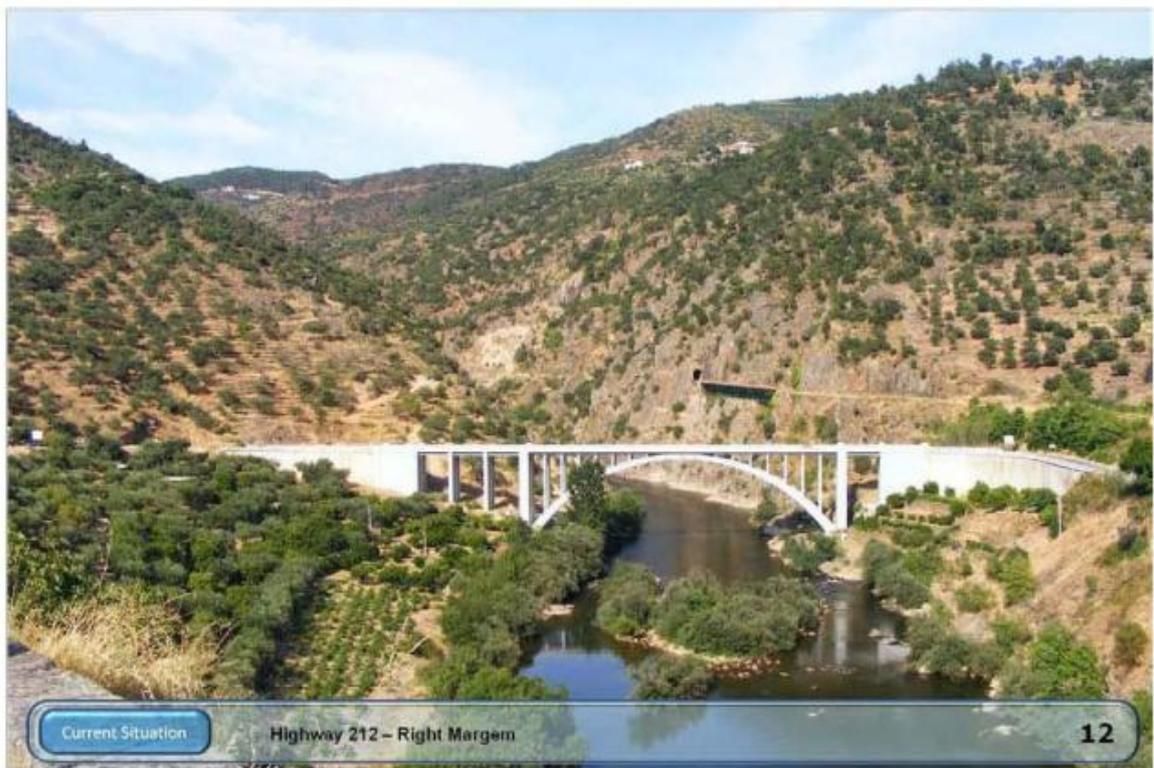
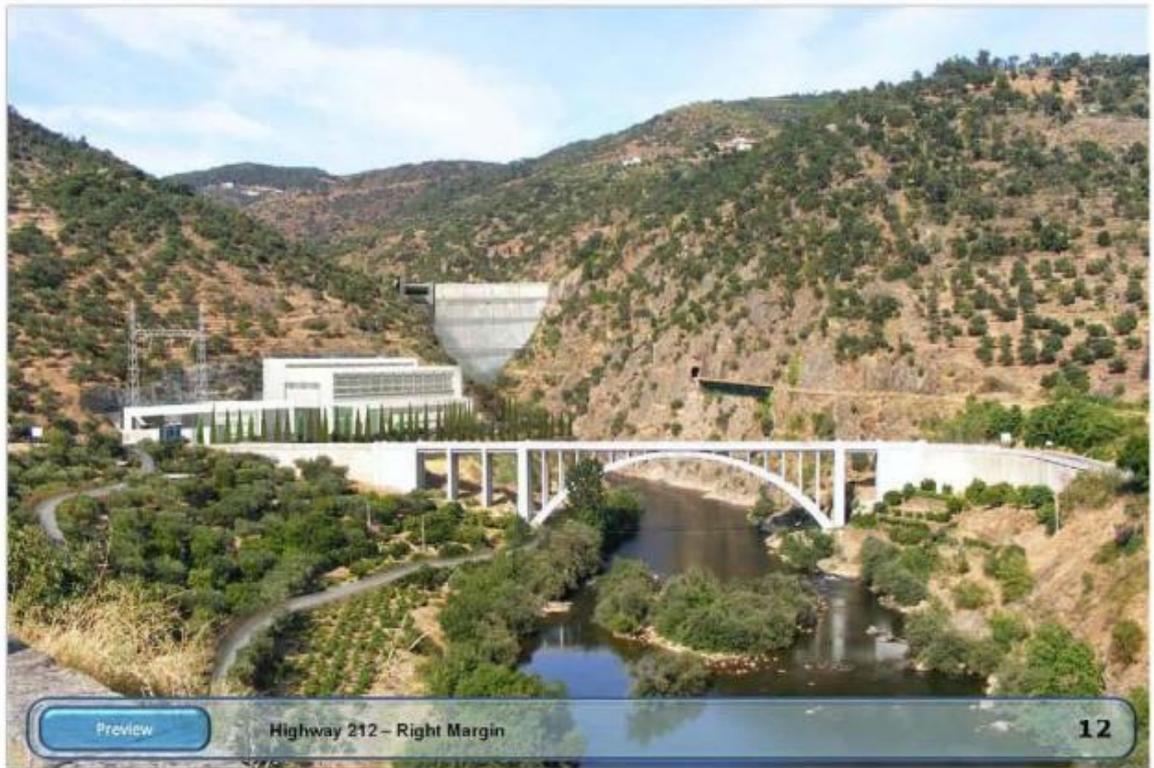
| HLU | Aesthetic attributes | Visual values | Visual intrusions | Capacity of visual absorption | Fragility and Visual Accessibility | Visual quality |
|---------------------------|----------------------|---------------|-------------------|-------------------------------|------------------------------------|----------------|
| Douro Wine Region | 3 | 3 | 3 | 2 | 2 | 2.6 |
| Baixo Tua | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3.0 |
| Terra Quente Transmontana | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2.0 |

A Barragem de Foz Tua apresentada também inclui uma série de ante visões do projecto com as estruturas que lhe estão associadas. Uma selecção destas é mostrada nas páginas seguintes e dá uma correcta indicação de quão dramaticamente estas intervenções vão impactar na paisagem. O padrão das sementeiras vai ser modificado, a geomorfologia da paisagem vai ser alterada e, embora a subestação seja parcialmente escavada na encosta, o seu volume rectilíneo, massivo, irá criar uma ruptura na composição harmoniosa dos elementos na paisagem. As linhas de transporte de energia vão mesmo reforçar este efeito. Surpreendentemente, a barragem em si não é muito grave do ponto de vista visual, mas a marca que vai deixar é das mais dramáticas na generalidade da paisagem cultural.

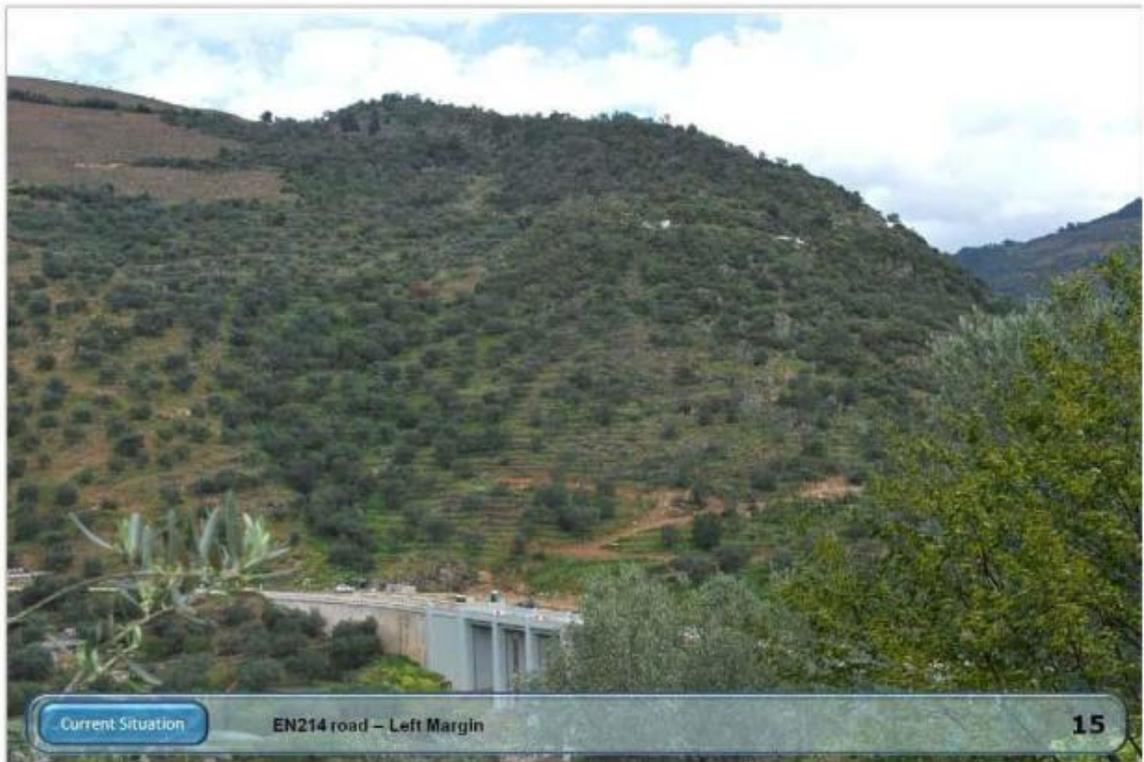
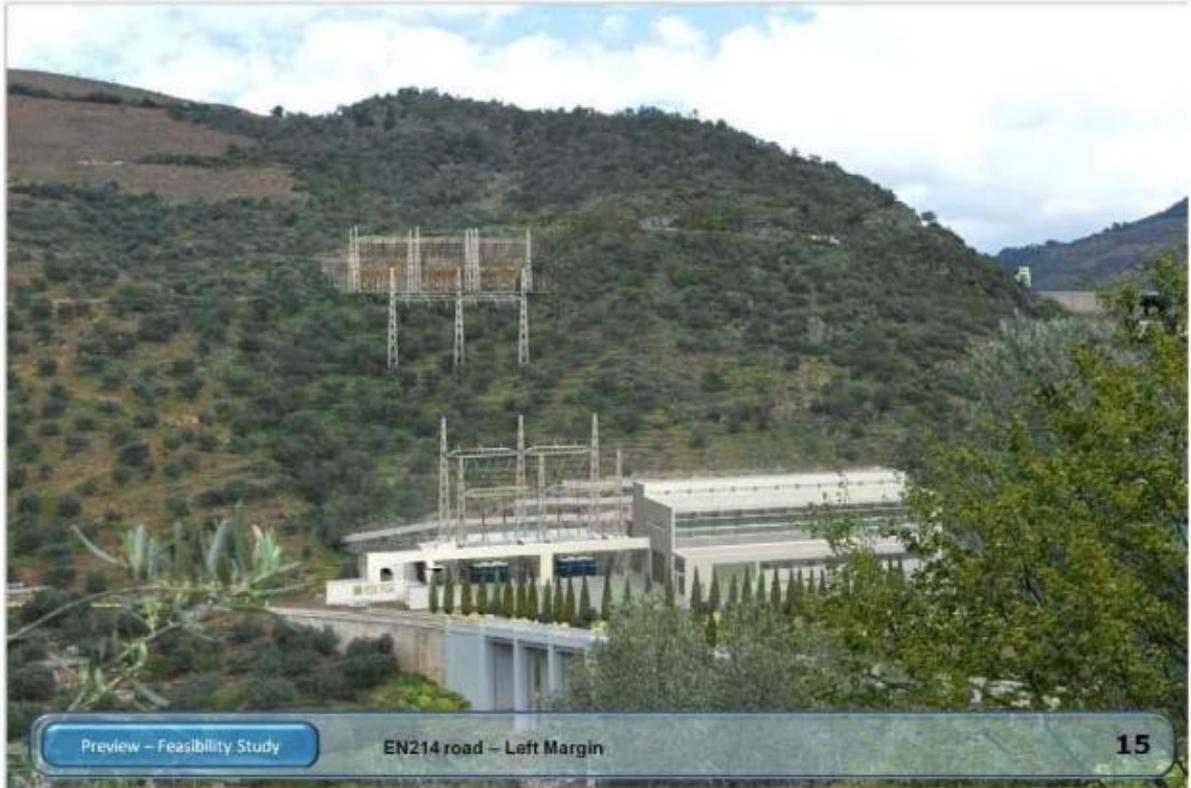
Na ausência de um estudo do impacto sobre os atributos do Valor Universal Excepcional, uma avaliação pode ser sugerida seguindo critérios de avaliação já estabelecidos nos planos de gestão submetido pelo Estado a quando da nomeação. Estes critérios para avaliar o impacto negativo no Plano de Gestão são baseados nos princípios de conhecimento, conservação e avaliação dos valores patrimoniais da paisagem. Seguindo esta metodologia há uma série de impactos negativos na paisagem que são o resultado de uma actividade na paisagem que cria uma perda no metabolismo e ordem da paisagem. Isto é interpretado como uma perturbação endógena e abusiva da presente situação. A sua magnitude é medida na escala cronológica (temporária, com efeitos prolongados ou permanente), na escala física (pontual, local ou regional) e nas suas possibilidades de mitigação (fácil de mitigar, com dificuldades para mitigar e impossível de mitigar). Neste Plano de Gestão, mesmo que não tenha em conta a construção de novas barragens, os arredores das existentes já são considerados impactos permanentes, locais ou regionais que são difíceis de mitigar ou impossíveis de mitigar.



Vista a partir do outro lado do Rio Douro para o Rio Tua (antes e depois da Barragem de Foz Tua)



Barragem de Foz Tua antes e depois, vista a partir da foz do rio Douro



A central eléctrica e as linhas de transporte de energia, de perto. Antes e após a Barragem de Foz Tua

O impacto directo na Região do Alto Douro Vinhateiro, Património Mundial, ergue-se como principal consequência da construção da Barragem de Foz Tua resultando na perda física de parte da paisagem, modificando a forma em que a paisagem é apreciada dado que afecta o padrão, contexto e enquadramento do território Património Mundial. Este impacto vai resultar numa perda permanente e irreversível, de acordo com o Guia Exemplificativo de Determinação da Magnitude do Impacto do ICOMOS, uma vez que serão feitas *grandes modificações* aos atributos históricos da paisagem que implicam “efeitos visuais extremos, grande mudança do ruído ou mudança na qualidade do som, mudanças fundamentais no uso ou acesso [...] resultando na mudança total da unidade do carácter da paisagem histórica e perda do Valor Universal Excepcional”.

Em suma, temos de dizer que tanto o Estudo de Impacto Ambiental como o Plano de Gestão fornecido pelo estado considerou a área de intervenção como **uma paisagem de alta qualidade visual na qual a construção da Barragem de Foz Tua terá um impacto regional permanente que será difícil de mitigar**. Se o Valor Universal Excepcional desta paisagem for tido em conta a Barragem de Foz Tua significará um grande impacto na Região do Alto Douro Vinhateiro o que implica uma séria e irreversível ameaça ao Valor Universal Excepcional.

Todo o projecto da Barragem de Foz Tua deveria ser reavaliado. Isto significa que os instrumentos legais que o governo Português tem à sua disposição para conservar a Região do Alto Douro Vinhateiro deveriam ser postos em prática, nomeadamente:

- Nos Planos Directores Municipais [Municipal Master Plans], a maior parte do território com vinhas no Alto Douro é classificado como Área Estritamente Protegida ou como Terreno Agrícola. Como tal, a área a ser alvo de intervenção pela Barragem de Foz Tua é parte da Reserva Agrícola Nacional, em ambas estas terras são cobertas por um regime que governa a mudança do uso da terra.

- O Plano de Gestão, embora não implementado nos Master Plans Municipais, foi ratificado em Diário da República de 31 de Julho de 2003, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 159/2003, em que se consubstancia o compromisso feito pelo Estado Português perante a UNESCO e isto deverá ser o suficiente para o tornar viável do ponto de vista legal.

- A Lei Portuguesa sobre o Património Mundial – Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro – que estabelece as bases para a protecção e valorização do Património Cultural, Secção III, artigo 45, ponto 2, refere o facto de estudos ou projectos que tenham a ver com o Património Cultural têm de incluir uma avaliação sobre a importância histórica e artística e uma apreciação da intervenção, escrita por um especialista na matéria.

- Além disto, o Plano para a Bacia do Rio Douro, destinado essencialmente a definir estratégias integradas para suportar um programa de distribuição de água e saneamento às populações, e o Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e Carapatelo, que tem por objectivo a valorização da bacia do rio e das suas margens, fortalecendo o Douro como um elemento estrutural regional, podem ambos ser usados para conservar e proteger o território Património Mundial.

5. Plano de Gestão

Tal como indicado no processo de nomeação celebrado pelo ICOMOS, um dos elementos-chave para a gestão do local do Património Mundial proposto é o Plano de Gestão para a Região do Alto Douro Vinhateiro, direccionado para conservar e melhorar os padrões de vida, envolvendo a paisagem cultural. Os seus principais objectivos são melhorar a paisagem e os seus activos patrimoniais, minimizar a interferência com essa mesma paisagem, e elevar a qualidade do ambiente e do padrão de vida daquela área. Inclui esquemas, por exemplo, melhorar características da paisagem, tais como muros e terraços para supervisionar o património, estimular actividades rurais tais como o artesanato, facilitar a recepção de visitantes, [...]. O Plano também implica os Serviços de Gestão do Alto Douro, a implementação de mais actividades específicas de gestão e conservação, incluindo a monitorização. O Plano de Gestão para a Região do Alto Douro Vinhateiro estabelecerá e formulará uma série de fases relevantes para monitorizar o estado de conservação da natureza. Entre os principais indicadores, os de natureza física são os mais notáveis: os muros e o seu estado de conservação, os métodos

para a criação de vinhas, o planeamento associado das culturas, as árvores que são usadas na extremidade das propriedades com as vinhas verticais, a eliminação ou redução de intrusões na paisagem e o registo e conservação do património genuíno.

As linhas de orientação do desenvolvimento estratégico deste Plano de Gestão:

- Linhas de orientação substantivas que incluem regulamentações destinadas ao planeamento da terra em conjugação com a lei aplicável [...] começando com os instrumentos de planeamento em vigor, permitindo a regulação de práticas agrícolas, especificamente a viticultura e as plantações de olival, assegurando a diversidade do mosaico da paisagem.
- Programas de acção que contemplem um grupo de medidas distribuídas por acções identificadas para a qualificação da paisagem e da vida na Região do Alto Douro Vinhateiro e diminuir as intrusões já existentes, de acordo com os parâmetros para a classificação da área como Património Mundial.

No Artigo 1 das suas “Linhas de Orientação Normativas” a alteração da morfologia das margens dos rios e a destruição parcial ou total da vegetação ribeirinha são consideradas acções proibidas, e no Artigo 2, o cruzamento de linhas de energia ou comunicação e a criação de estações de rede energética, assim como quaisquer intervenções com repercussões directas na paisagem devem ser divulgadas e avaliadas antes de se concretizarem.

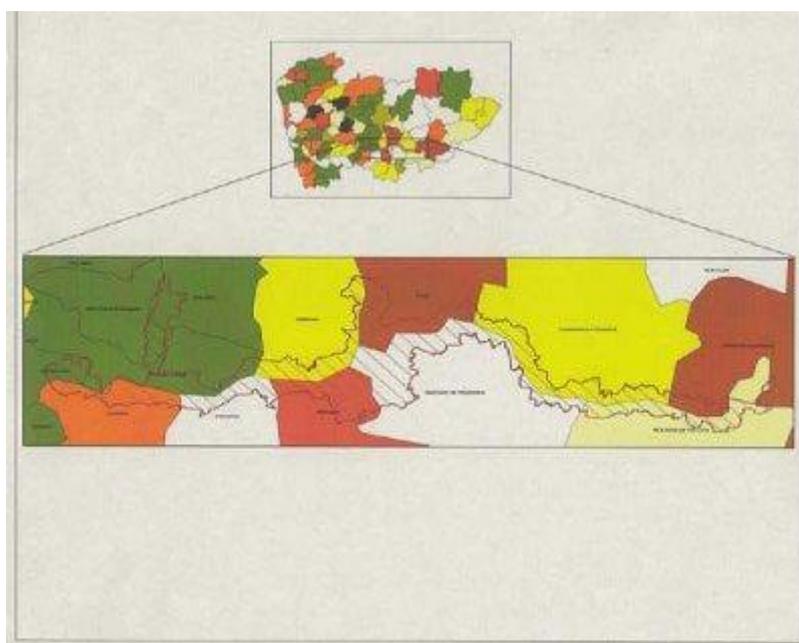
Portanto, quando avaliado o FTDD (Desenvolvimento da Barragem da Foz do Tua) como tratado pelo Estado, e mesmo embora o documento estipule isso, ignora os impactos na paisagem em conformidade com os princípios estabelecidos nos requisitos da UNESCO ou mesmo no Plano de Gestão que do lado do Estado deveria ser seguido. Isto parece poder atribuir-se às linhas de orientação do Plano de Gestão que deveria ser entregue para os Planos Directores Municipais, os instrumentos de gestão local principal dos solos, mas não sucedeu assim.

Hoje, a jurisprudência Portuguesa, os instrumentos regulamentares do uso da terra e da protecção da paisagem pertencem aos Planos Directores Municipais, criados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 69 de 1990. Todos os PDM (Planos Directores Municipais) para todas as municipalidades na RDD (Região Demarcada do Douro) foram publicados no jornal oficial do governo, Diário da República, e ficaram, portanto, em vigor na altura em que a Região do Alto Douro Vinhateiro foi inscrita no Património Mundial Paisagístico.

Desde então, e tendo em conta que os Planos Directores Municipais têm uma validade de 10 anos, após os quais necessitam de ser aprovados de novo, os mesmos deveriam, todos, ser incluídos agora nas linhas de orientação estabelecidas no Plano de Gestão. Como fomos informados durante a missão, muitos dos municípios NÃO têm os seus planos aprovados ainda.

A tabela seguinte foi incluída ao tempo da **Nomeação de Património Mundial**, e o plano exibido abaixo mostra o estado dos diferentes Planos Directores Municipais (a verde estão assinalados os que foram aprovados; fora do local do Património Mundial apenas um).

| Concelho | Autor | Ano | Publicação do PDM em DR | Escala |
|--------------------------|---|------|---------------------------------------|----------|
| Alijó | Planum – Assessorias e Projectos, L.da | 1994 | 115/96 - 30.7.96 | 1:25 000 |
| Armamar | Carlos Guimarães. Luís Soares - Arquitectos, L.da | 1993 | 149/96 - 11.9.96 | 1:25 000 |
| Carraceda de Ansiães | Hidroprojecto - Fernão L. Simões de Carvalho | 1994 | 104/94 - 18.10.94 99/2000 - 4.8.00 | 1:25 000 |
| Lamego | Manuel Fernandes de Sá | 1992 | 46/94 - 23.6.94 | 1:10 000 |
| Mesão Frio | VTM - Consultores de Engenharia | 1994 | 23/95 - 23.3.95 | 1:10 000 |
| Peso da Régua | Planum – Assessorias e Projectos, L.da | 1993 | 4/95 - 18.1.95 | 1:25 000 |
| Soão João da Pesqueira | José Eduardo Simões e Associados | 1993 | 62/94 - 4.8.94 | 1:25 000 |
| Sabrosa | URBIS - Gabinete de Urbanismo, Arquitectura e Engenharias, L.da | 1994 | 74/94 - 30.8.94 | 1:25 000 |
| Santa Marta de Penaguião | EMDEME - Consultores de Engenharia e Gestão, S.A. | 1994 | 21/95 - 21.3.95 | 1:10 000 |
| Tabuaço | RB - Atelier de Arquitectura e Urbanismo, L.da | 1994 | 108/94 - 29.10.94 | 1:10 000 |
| Torre de Moncorvo | Gestão Integrada de Projectos e Planeamento, L.da | 1994 | 24/95 - 23.3.95 | 1:25 000 |
| Vila Nova de Foz Côa | EGIP – Consultores Técnicos, L.da | 1993 | 2/95 - 13.1.95 | 1:25 000 |
| Vila Real | TECNOFOR - Consultores Técnicos L.da | 1991 | 63/93 - 8.11.93 | 1:25 000 |

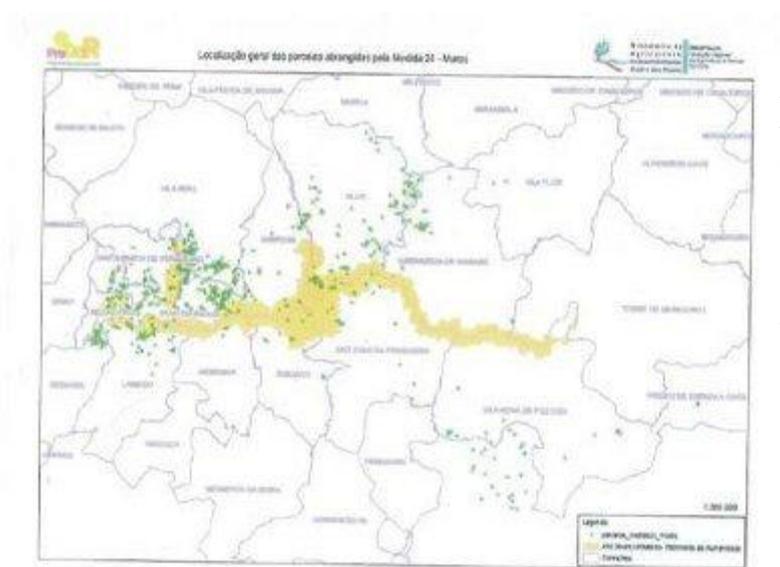


Mesmo que o Plano de Gestão não tenha sido transposto para Planos Directores Municipais, parece ser vontade de algumas agências do governo empenharem-se na conservação da paisagem, como é o caso da **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCRD-N)**. Esta instituição esforça-se por:

- Conseguir a colaboração institucional das diferentes entidades com a responsabilidade na gestão da paisagem, ajudando na mobilização de fundos comunitários da Europa.
- Sensibilizar a população da importância de cumprir a legislação.

- Garantir aplicação e controlo correctos das boas práticas ambientais e agrícolas.
- Contribuir para o desenvolvimento socioeconómico da região.
- Contribuir para a manutenção da região.

A **CCRD-N** colocou em prática um projecto direccionado para a conservação das vinhas e seus terraços. Todos os projectos têm de seguir um esquema geral que assegure que os mesmos devem ser construídos de forma a manterem os perfis topográficos tão característicos da paisagem do Douro e manter os sistemas de drenagem necessários para o correcto funcionamento do ecossistema. Muitos dos projectos, cujos dados referentes à área da superfície que beneficiou deste processo, e a concessão económica disto teve custos, parecem bem instrumentalizados e o trabalho feito de acordo com o Plano de Gestão. Interessante, muitos destes estão localizados na área de reserva e mesmo para além desta e aqueles que foram aprovadas: fora do local do Património Mundial, uma apenas).



Apesar da imagem ser pequena, podemos ver a amarelo o território da Região do Alto Douro Vinhateiro Património Mundial e com pontos verdes os locais previstos para projectos de recuperação de socalcos que cobrem uma vasta área na zona nuclear, na zona tampão e para além destas

A par dos projectos antes mencionados, algumas outras iniciativas com vista ao embelezamento da paisagem estão em curso de realização. Embora de menor expressão, a plantação de ciprestes ou a inclusão de plantas ornamentais nas laterais das estradas não contribuem para realçar esta heróica, forte e significativa paisagem, a qual não necessita destes elementos.

O Plano de Gestão também desenvolveu outra linha de orientação estratégica que se vale da criação de um Serviço Técnico Intermunicipal para a Região do Alto Douro Vinhateiro e de um Programa de Associação. Este serviço intermunicipal desde a declaração da Região do Alto Douro Vinhateiro em 2001 foi alterado, em 20 de Setembro de 2006, para Estrutura de Missão do Douro, embora nos pareça que a falta de cumprimento do Plano de Gestão implique que não estejam a ser seguidos objectivos e linhas de orientação claros.

Igualmente, o Plano de Gestão também desenvolveu uma terceira e última orientação com uma Associação para promover o Património Mundial do Alto Douro, uma entidade dedicada a encorajar entidades públicas e privadas interessadas e/ou envolvidas na propriedade dos activos, a preservar, salvaguardar, melhorar e promover o Alto Douro. Esta Associação, a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial, não parece desempenhar um papel maior na conservação da propriedade. Estão abertamente contra a execução da FTDD (Desenvolvimento da Barragem da Foz do Tua).

Para sintetizar, podíamos concluir que os objectivos estabelecidos no Plano de Gestão não têm sido especificamente seguidos ou implementados. Conquanto haja outras agências governamentais tratando de

questões estabelecidas no Plano de Gestão, o serviço criado para fazê-lo, a Estrutura da Missão do Douro, não parecia dotado de estruturas para fazê-lo. Apesar da complexidade da situação legal, um esforço grande deveria ser feito para desencadear a acção do Plano de Gestão submetido ao Conselho de Património Mundial. É notório neste sentido, apesar da definição de tarefas, não ter havido especialistas universitários a tomar parte e ter como actividade mais importante o encargo de definir o Plano de Gestão (UTAD, Universidade do Porto, Universidade de Aveiro) na visita da missão em Abril.

6. Resumo e Conclusões

a) O Projecto da Barragem do Foz Tua

Relativamente à proposta do Governo de construção da Barragem de Foz Tua na área definida como Alto Douro Vinhateiro – Património Mundial, a única conclusão possível é a de que irá provocar um impacto irreversível e ameaçar o VEU (Valor Excepcional Universal) da região.

- 1) A afirmação do Estado de que a transformação da paisagem proposta é idêntica a outras no vale do rio Douro, embora com uma dimensão muito menor, não pode ser tida em conta, porque **acções passadas não podem de forma alguma justificar acções presentes.**
- 2) A afirmação do Estado de que a área de intervenção da Barragem de Foz Tua está fora da Região do Douro Património Mundial é falsa: nós demonstramos acima que não é assim e que **a área de intervenção da Barragem afecta totalmente a Região do Douro Património Mundial.**
- 3) A afirmação do Estado de que a Barragem não é considerada intrusiva visualmente, porque a morfologia do vale permanecerá, enquanto que a forma «elegante da Barragem de larga escala / monumental, vai criar uma marca impressiva no horizonte visual do observador, que atenuará todos os impactos visuais negativos. Nós demonstrámos acima que **a construção da Barragem significaria um impacto muito grande na Região do Alto Douro Património Mundial que implicaria a perda do VEU (Valor Excepcional Universal) e sérias ameaças à sua autenticidade e integridade.**
- 4) A afirmação do Estado de que a Barragem de Foz Tua é considerada bastante contida devido às características morfológicas e fisiográficas desta parte do vale do Tua, assim garantindo uma bacia visualmente restrita que não provoca qualquer alteração no uso da terra nas proximidades do rio Douro. Mesmo que pudéssemos concordar com esta afirmação, todas as outras estruturas, incluindo as linhas para o transporte de energia que não estão representadas nos projectos, **têm um impacto muito negativo numa área classificada como Património Mundial**, como demonstrado nas fotomontagens que apresentamos acima.
- 5) O projecto contempla um grande número de medidas mitigatórias e compensatórias para compensar os efeitos ambientais da construção da Barragem de Foz Tua, que visam manter o vale do Tua em boas condições ambientais e aumentar as oportunidades, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável na região. Medidas compensatórias e de potencialização da região incluem a criação de projectos que mantenham a memória do património cultural e natural afectado pela Barragem, bem como o desenvolvimento de equipamentos para influenciar o desenvolvimento económico a nível local (um museu em Foz Tua, uma Agência de Desenvolvimento Regional, e um Parque Natural Regional). Medidas compensatórias, mesmo que tenham de ser revistas à luz do Plano de Gestão, não são o ponto mais importante, mas sim **se a Barragem de Foz Tua deve ser construída de todo**, já que o próprio Estado afirma que «de acordo com os resultados da análise visual e ecológica, a paisagem apresenta um alto valor.» (Estudo de Impacto Ambiental)

É reconhecido que o Estado, em conjunto com a EDP, mudou várias vezes o projecto da Barragem de Foz Tua, de forma a reduzir o impacto ambiental detectado no Avaliação de Impacto Ambiental. No entanto, como a avaliação de impacto não considerou o impacto no património cultural activo ou nos atributos do VEU (Valor Excepcional Universal), os novos projectos não podem, por todas as razões acima mencionadas, ser considerados como respeitadores da paisagem do Alto Douro Património Mundial. Esta parte do Vale do Tua «tem um alto valor cénico e valores ecológicos relacionados com parâmetros culturais e biofísicos que caracterizam a sua estrutura e dinâmicas» (O Projecto Hidroeléctrico da Foz Tua e a Paisagem do Alto Douro Património Mundial), os quais contribuem para o seu VEU (Valor Excepcional Universal). A construção da Barragem de Foz Tua terá um impacto prejudicial e irreversível nos valores de autenticidade e integridade e VUE (Valor Excepcional Universal) da Região.

Por outro lado, embora notemos os esforços feitos pelo Estado na elaboração de um projecto para minimizar os impactos da Barragem de Foz Tua, estamos em crer que as Directrizes da UNESCO sobre «Relatórios e Estudos de Impacto Específicos de cada vez que ocorram circunstâncias excepcionais» (pág. 169 das «Directrizes Operacionais»), não foram cumpridas – a UNESCO deve ser avisada logo que possível (por exemplo, antes de redigir documentos básicos para projectos específicos) e antes de serem tomadas quaisquer decisões difíceis de inverter posteriormente, de forma a que o Comité pudesse ajudar na busca de soluções adequadas para assegurar que o VEU (Valor Excepcional Universal) da Região fosse totalmente preservado». (pag. 172). Para além disso, uma avaliação de impacto devia ser realizada para avaliar o impacto potencial de projectos sobre o VEU (Valor Excepcional Universal) da Região, de acordo com as Orientações sobre as Avaliações de Impacto Cultural nas Regiões Património Mundial, 2011.

Consideramos que o Estado deve rever seu Programa Nacional de Barragens de Alto Potencial Hidroeléctrico, levando em consideração ao avaliar os possíveis 25 projectos as questões que estão em jogo a nível do património e qualquer impacto potencial sobre o Património Mundial da Humanidade. Qualquer outro desenvolvimento da futura barragem na bacia do Douro incluído neste Programa Nacional que possa ter impacto sobre a Região Património Mundial deve ser igualmente revisto.

b) Uma Declaração Futura da VEU – Valor Excepcional Universal

Esta classificação para a Região deve ser preparada de forma a poder actuar como base para qualquer futura avaliação de impacto.

c) Plano de Gestão

O Plano de Gestão entregue para a nomeação do Património Mundial (2000) não está a ser posto em prática, porque é «uma ferramenta que dificilmente coordena a acção das entidades públicas, da mesma forma que as suas directrizes, para serem eficazes, devem ser transpostas para os Planos Directores Municipais. Para além disso, no caso específico da Barragem de Foz Tua, o Plano não previu o retorno para os projectos das barragens, especialmente após os eventos associados à barragem do Côa que causou a suspensão do trabalho como resultado de grandes descobertas arqueológicas. Portanto, as diretrizes estabelecidas não estão a ser cumpridas, uma vez que não é operacionalizável e está desactualizado. Isto significa que, embora o estado de conservação geral seja bom, isso deve-se às directrizes de outros organismos governamentais, aos proprietários privados que estão conscientes de sua herança e graças a uma espécie de «inércia de conservação». Como não há Plano de Gestão operacionalizável, nem um organismo que o coloque em prática, a conservação do Douro Património Mundial não é um dado adquirido. Portanto, **a revisão do Plano de Gestão** (actualizando-o para que ele se torne uma ferramenta de gestão) **deve ser uma prioridade, bem como a criação de um organismo de gestão com competência para dirigi-lo.**

Neste Plano de Gestão, **disposições especiais devem ser feitas para a protecção da configuração**, como já afirmado na avaliação que o ICOMOS fez do Plano de Gestão que “refere-se apenas à zona central proposta para inscrição e não faz nenhuma provisão para protecção e gestão da zona tampão [...], o que nos leva a abordar o controle do desenvolvimento da zona-tampão.»

7. Bibliografia

ICOMOS, *Guidance on Heritage Impact Assessments for Cultural World Heritage properties*, Paris 2011.

Electricidade de Portugal, *Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua: Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE)*, June 2010.

Estrutura de Missão do Douro, *The Foz Tua Hydroelectric Project and the Alto Douro Wine Region Cultural Landscape*, November 2010.

Estrutura de Missão do Douro, *Estudo de Impacte Ambiental do Aproveitamento hidroeléctrico de Foz Tua*, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Memorando of the Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico*, Portugal 2011.

Ministerio do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Declaração de Impacte Ambiental*, Lisboa, May 2009.

Nomination of Alto Douro Wine Region for the WH List, June 2000, English resume.

Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro, handed in by the State Party of Portugal for the Nomination of the property, Oporto 2000.

World Heritage Centre, *Committee Decision* (Decision -25COM X.A), 2001.

8. Agradecimentos e autoria

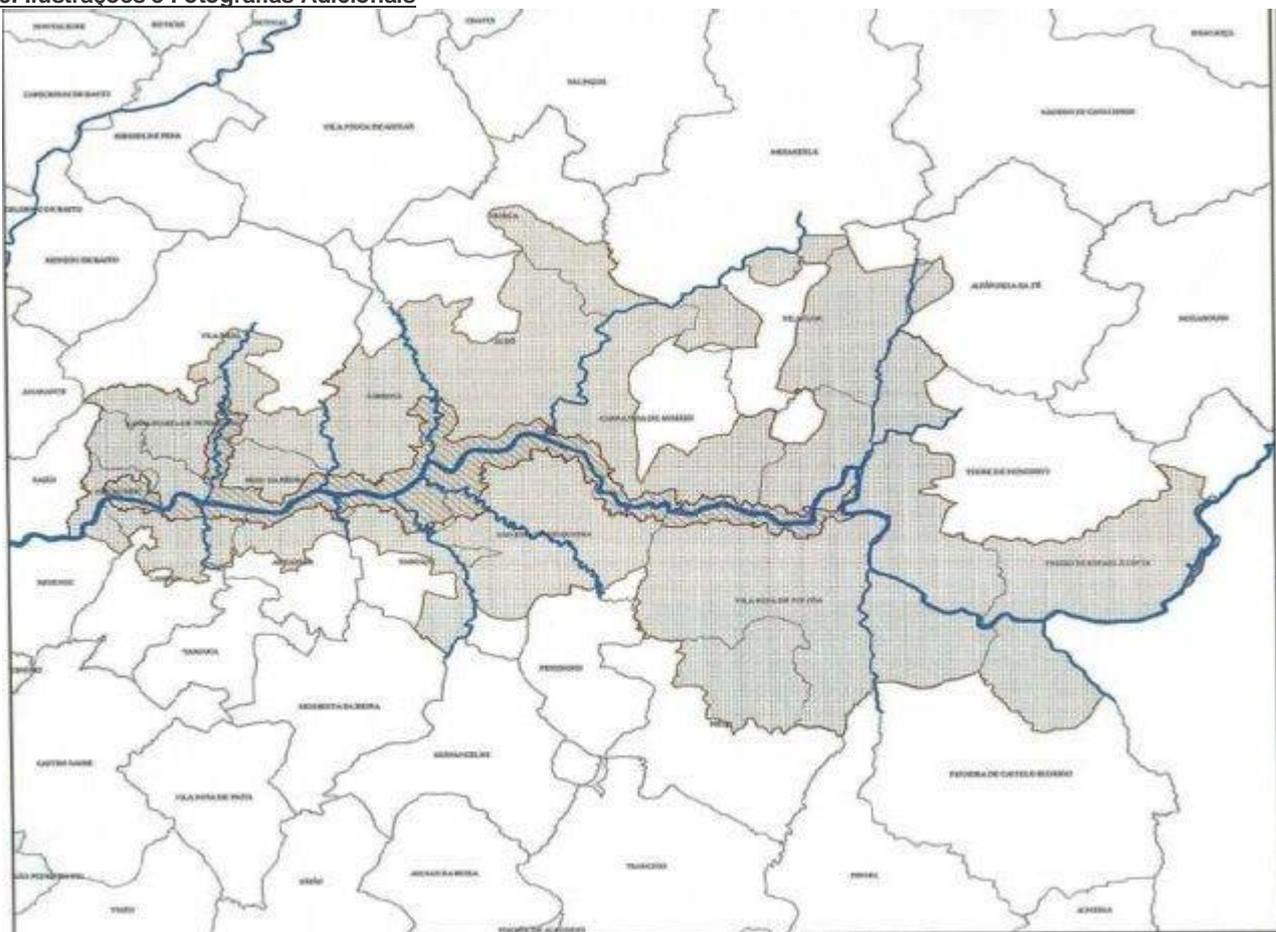
Este relatório, juntamente com a missão de visita, foi feito por Ana Luengo, Doutora em arquitectura Paisagística, membro do ICOMOS Espanha & do Comité Científico Internacional para Paisagens Culturais ICOMOS-IFLA. Os nossos especiais agradecimentos para o Sr. Fernando Andresen Guimaraes, Presidente da Comissão Nacional da UNESCO, e para o Sr. Ricardo Magalhães, Chefe de projecto da Estrutura de Missão do Douro que tão gentilmente nos acolheram durante a missão.

Gostaríamos também de agradecer à seguintes pessoas pela sua ajuda e suporte durante a missão:

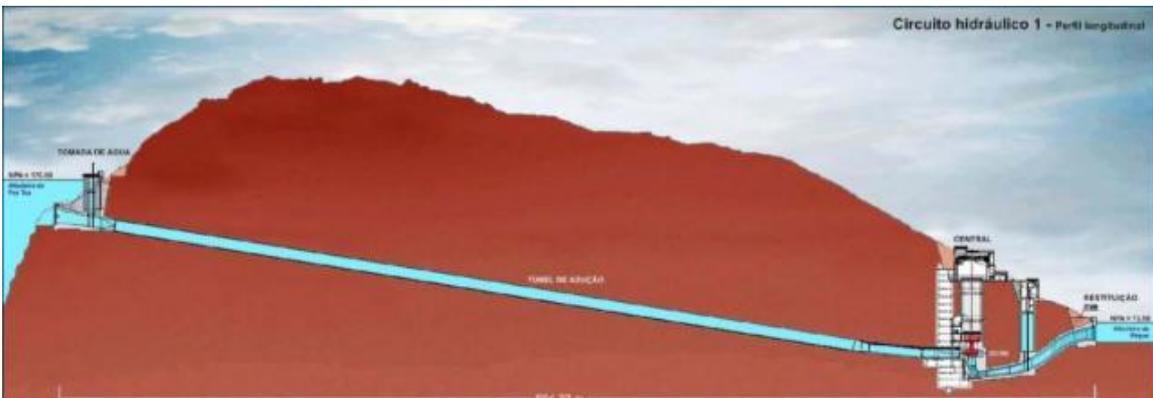
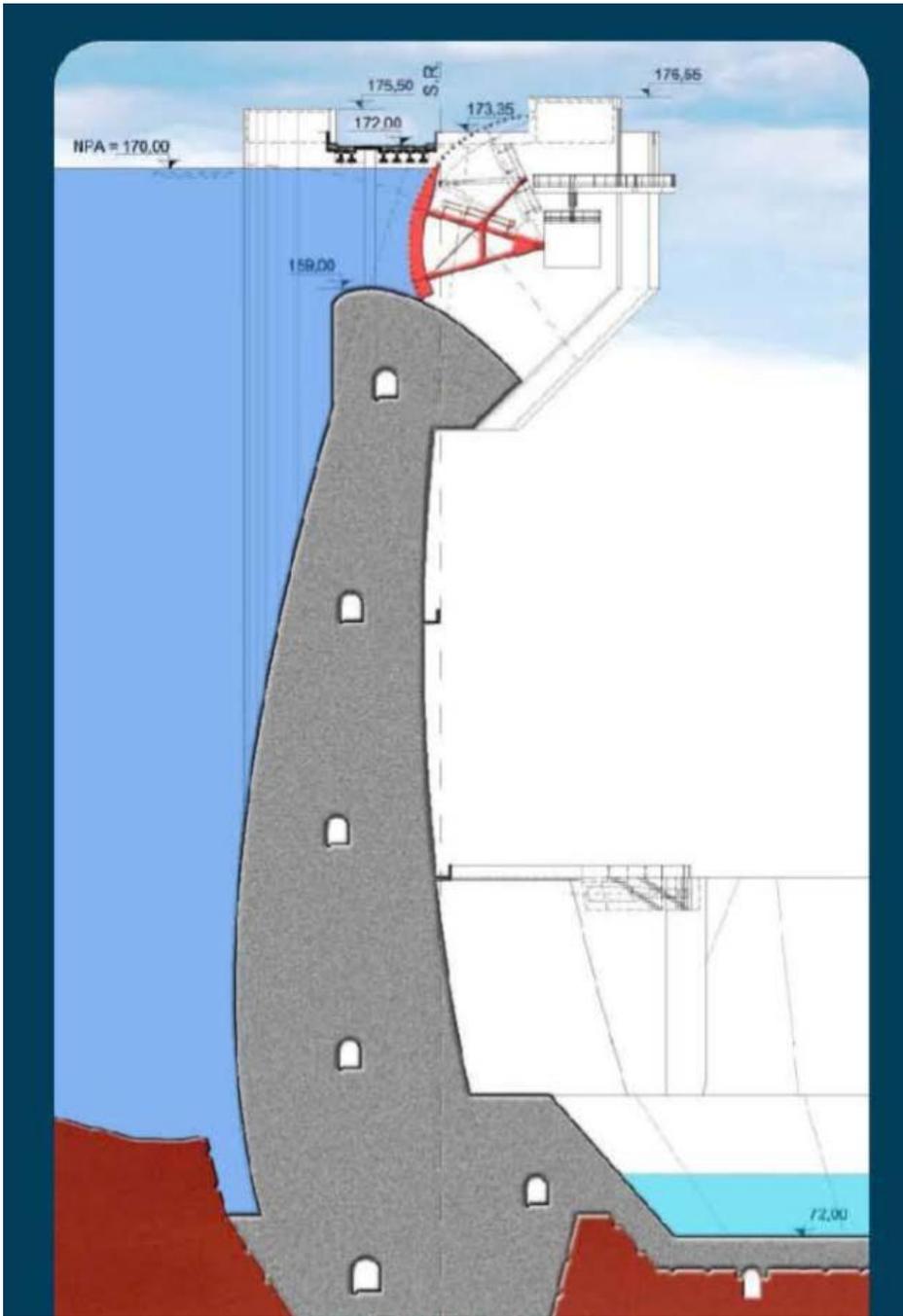
- Estrutura de Missão do Douro
Filinto Girao.
- Ministério da Cultura
Paula Silva (directora regional de Cultura do Norte).
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)
Paulo Gomes (Vice-president).
Paula Pinto (director Serviços de Ambiente),
Célia Ramos (director of the direcção de Servicios de Ordenamento do Território).
Rui Fonseca (Servicios de Ambiente),
José Cangeiro (direcção de Servicios de Ordenamento do Território).
Helena Teles (estrutura sub-regional de Vila Real).
Sandra Sarmiento (estrutura sub-regional de Vila Real).
- Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
Mario Sousa
- Comunidade Intermunicipal do Douro
Artur Cascarejo
- Liga dos Amigos do Douro Património Mundial
Armando Moreira
- Museu do Douro
Fernando Maia Pinto (Director).
- Ponto Focal da UNESCO
Luis Pinho Lopes.

- Rota do Vinho do Porto
António José Teixeira (presidente)
- Energia de Portugal (EDP)
Clara Maia
Nuno Portal
Nuno Brito

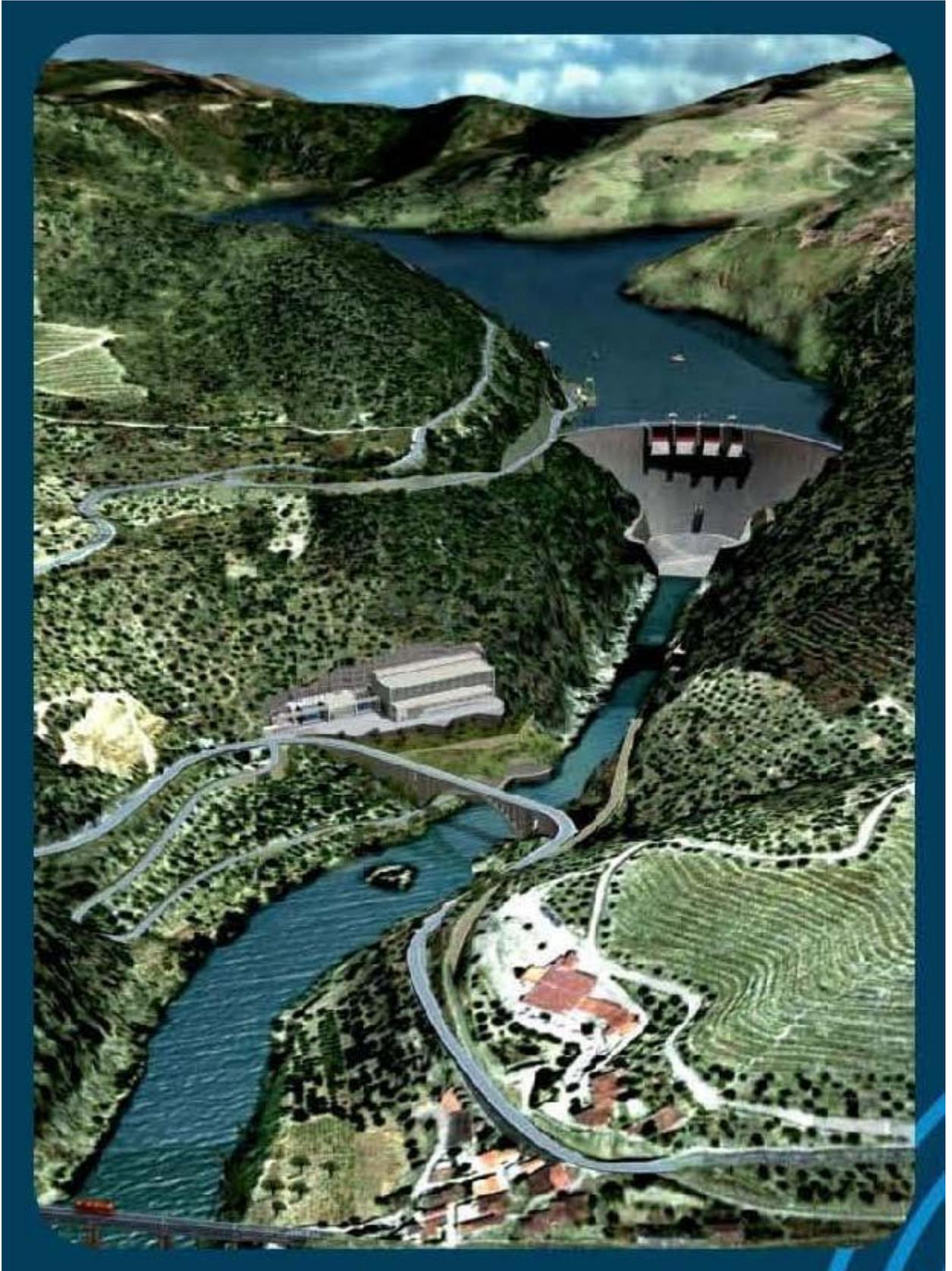
9. Ilustrações e Fotografias Adicionais



A Região do Alto Douro Vinhateiro, área nuclear perto do rio (linha azul), zona tampão a cinzento



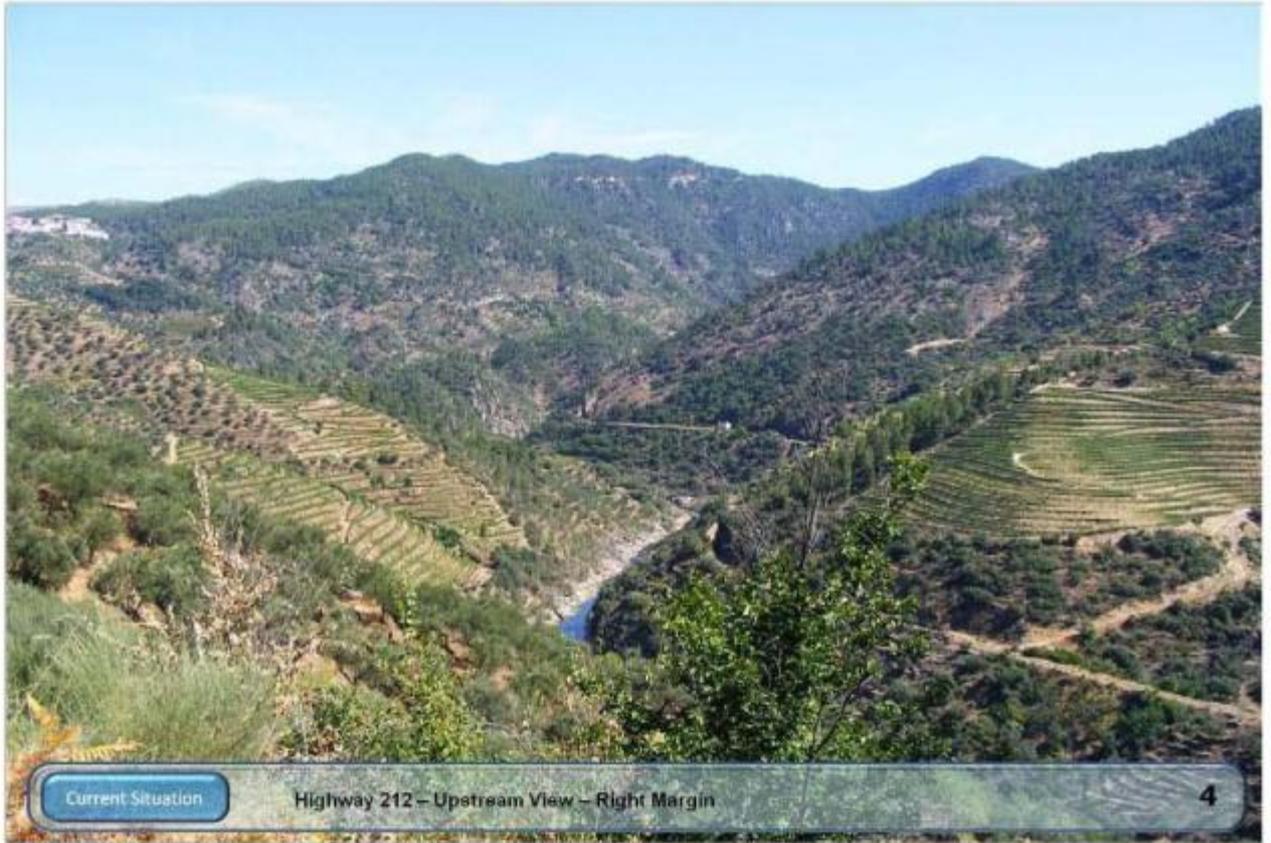
Corte da Barragem Foz Tua a atravessar a barragem e a atravessar a asecção entre a barragem e a central eléctrica



Desenvolvimento da Barragem Foz Tua



O reservatório visto da margem direita



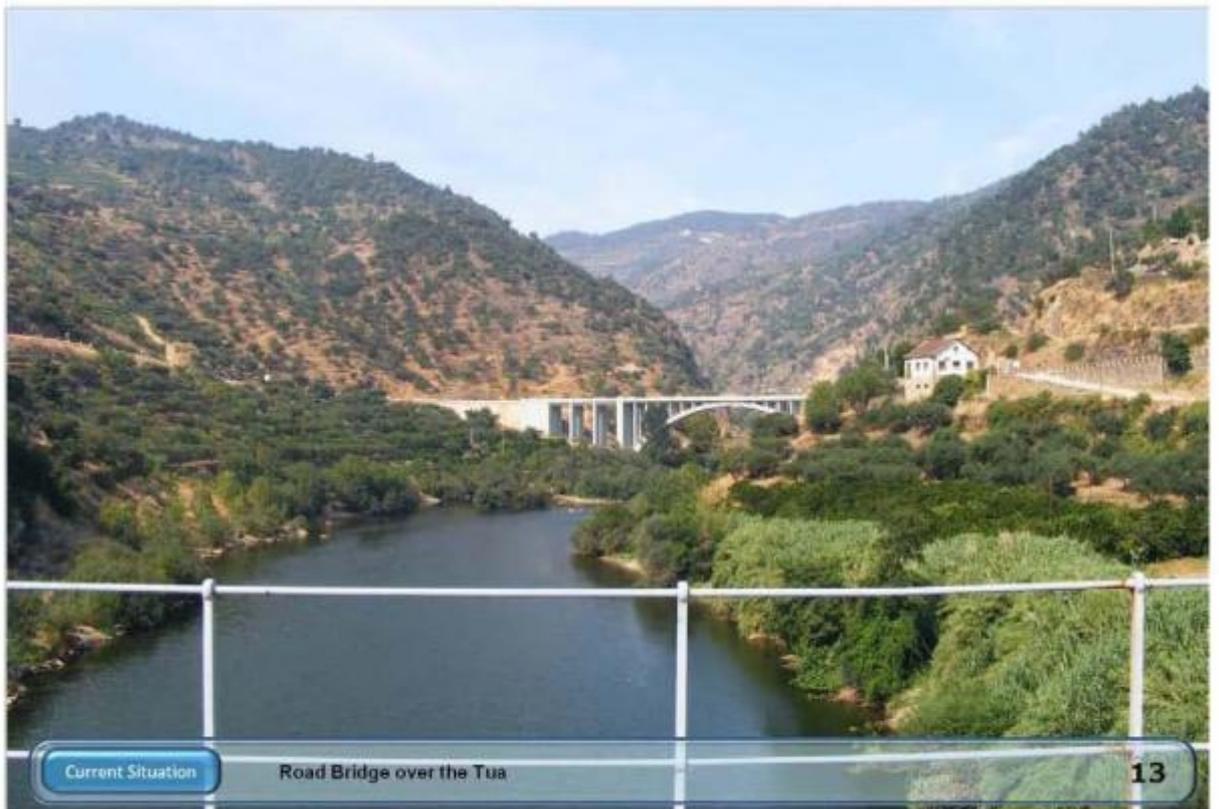
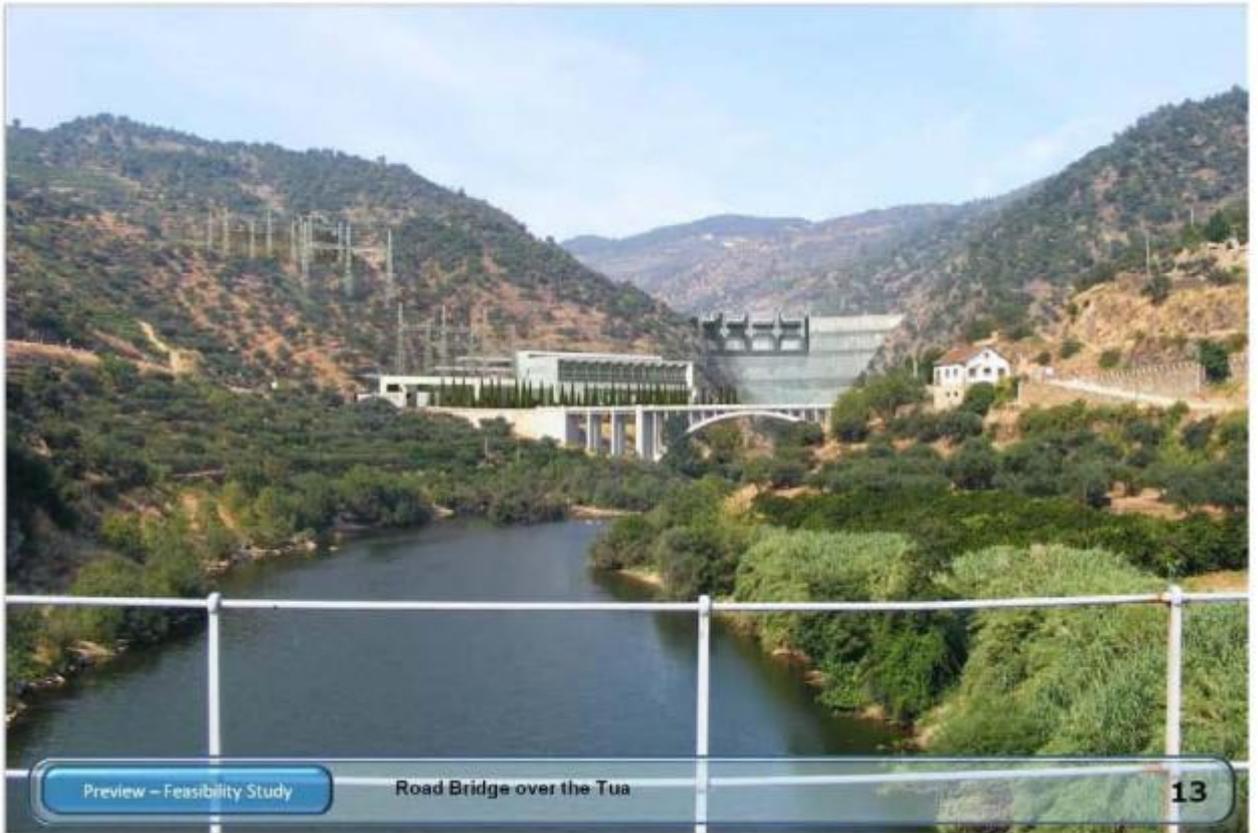
O reservatório visto de montante na margem direita



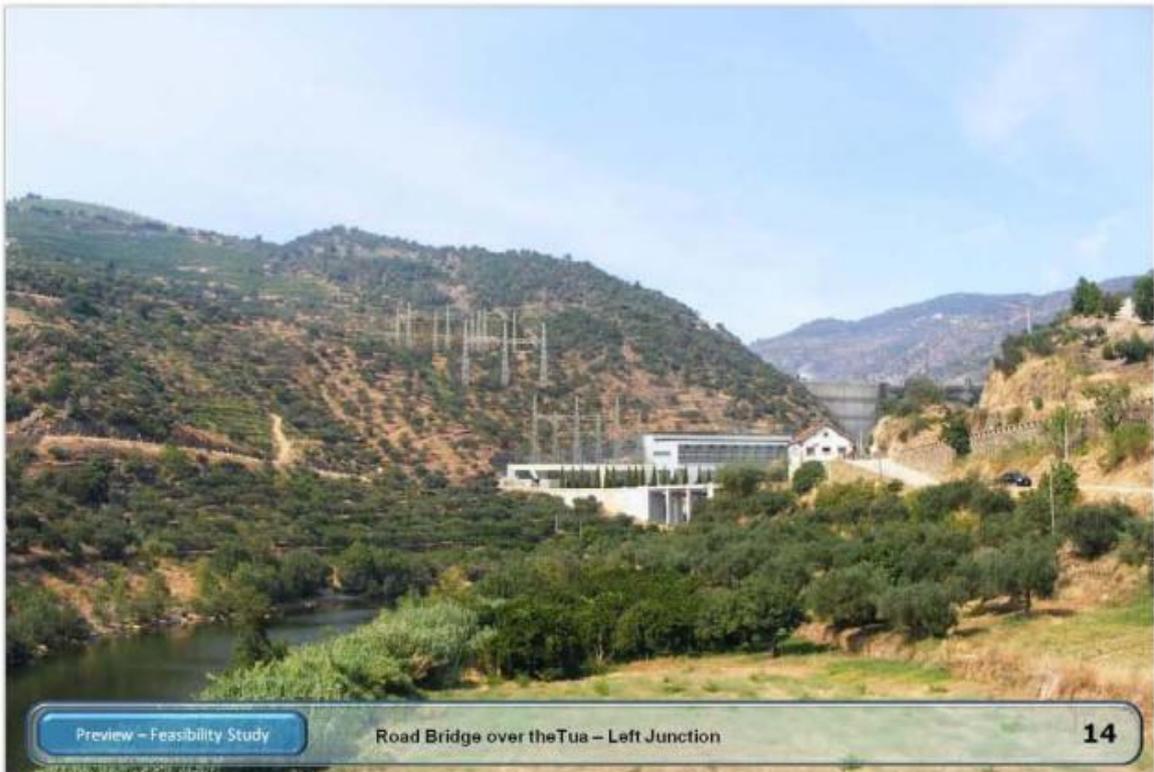
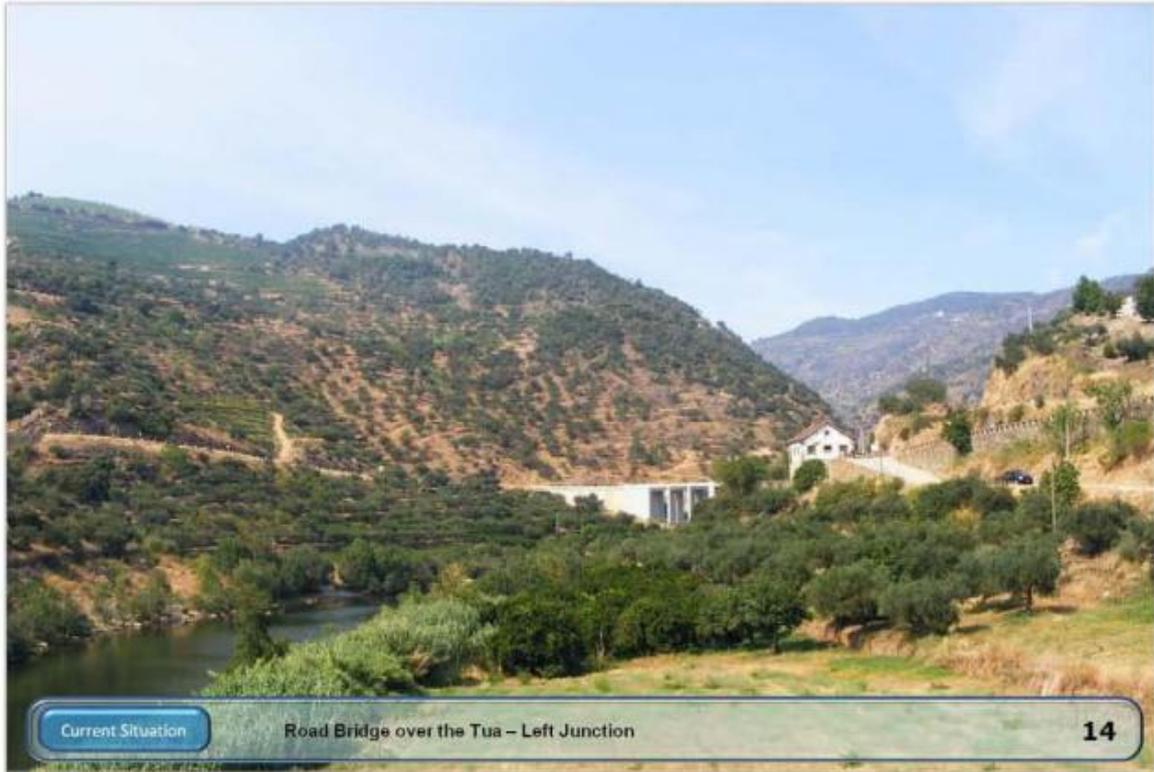
O reservatório visto de montante na margem esquerda



Ponte rodoviária sobre o Tua, grande plano da central eléctrica



Ponte rodoviária sobre o Tua



Ponte rodoviária sobre o Tua com a central eléctrica e as linhas eléctricas por trás

10. Apêndices

Por favor consulte os apêndices directamente no documento original (são originalmente em Português).